

POLÍTICA

Em 25 viagens ao exterior, Fernando Henrique consolidou uma imagem positiva do Brasil junto à comunidade internacional, apesar do atraso nas reformas constitucionais e da repercussão das crises internas no fim do ano

É FÁCIL GOVERNAR O BRASIL ?

232

Daniel Garcia/France Presse 7.11.95



FHC, o premier indiano Narasimha Rao e Carlos Menem: o encontro do Grupo dos 5, na Argentina em novembro, foi uma das tantas viagens do presidente brasileiro

IMAGEM

Nos EUA, o primeiro sucesso

José Negreiros
Correspondente

Washington — O presidente Fernando Henrique fez 25 viagens ao exterior este ano. O Brasil começou a ficar "fácil" de governar, no seu entender, em abril, quando chegou aos Estados Unidos para uma visita de cinco dias.

Em Brasília, alguns problemas já o atormentavam. Mal completara 100 dias em sua cadeira, mas ninguém conseguia esquecer que anistia a ex-presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), condenado pela justiça eleitoral por irregularidades na campanha.

Já em Nova York, a única incom-

dação era a chuva. Como se ainda fosse o chanceler que adorou ser, Fernando Henrique deslizava completamente à vontade entre diplomatas e investidores. A todos explicava que sua única dificuldade no Congresso era como coordenar o apoio de tantos partidos.

Desenvoltura — A viagem deu tão certo que um assessor, de brincadeira, mencionou que, na verdade, o presidente da República estava com ciúmes da primeira-dama, dona Ruth, com uma agenda mais densa que a do marido, em alguns momentos.

Dona Ruth, de fato, circulou da Universidade de Columbia, onde estudou e relembrou sua vida para uma pequena platéia docente, à comunidade judaica

que administra a programação de arte mais importante do mundo.

O presidente discutiu o Brasil com Arthur Sulzberger Jr., o homem que manda no "The New York Times" e nas pessoas com quem Ruth falava. O jornal fez uma reportagem simpática com Fernando Henrique às vésperas do seu encontro com o ex-secretário de Estado, Henry Kissinger, hoje uma espécie de megalóbita que ensina presidentes como atingir o coração da América.

Puxão de orelhas — Poucas vezes, nestes 12 meses como chefe de Estado, Fernando Henrique sentiu-se tão em casa. A maior demonstração disso veio na sua entrevista no Clube de Imprensa de Washington.

Os jornalistas vão ali almoçar. Mal prestam atenção ao entrevistado, exceto quando se trata de alguém como Boris Yeltsin. Com seus recursos de professor, o presidente segurou o tempo todo a atenção.

Quando finalmente chegou à Casa Branca, Fernando Henrique conseguiu que Bill Clinton não lhe cobrasse pressa na aprovação da Lei de Patentes.

Sem qualquer tema picante na agenda, a viagem foi desenhada para o presidente se exibir. O atraso no reconhecimento das patentes podia render um puxão de orelha do colega norte-americano, mas a diplomacia prevaleceu.

■ José Negreiros cobriu a viagem do presidente aos Estados Unidos, em abril.

JUROS

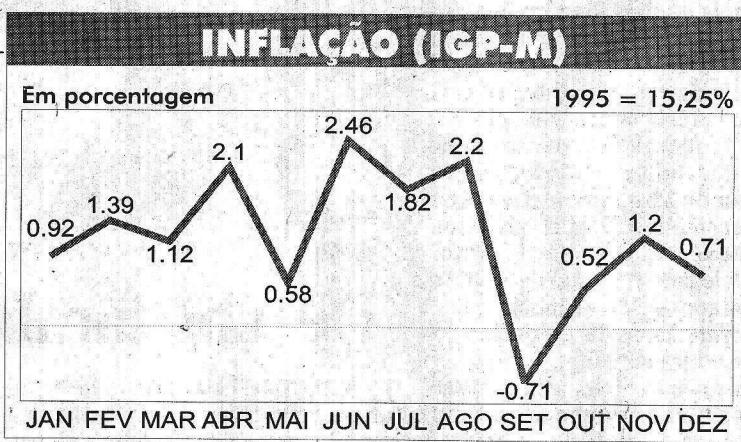
Calote e falência recordes

São Paulo — Neste ano, os pedidos de falência e os calotes de quem fez compras no crédito bateram os recordes dos últimos 30 anos em São Paulo.

A Associação Comercial da cidade (ACSP) registrou 8.830 requerimentos de falência até o dia 18. Esse número é maior do que a soma dos pedidos feitos à entidade em 1994 e 1993, que registraram 8.776 solicitações.

Emílio Aufieri, diretor-adjunto de Economia da entidade, afirma que a inadimplência de 1995 também foi a maior das últimas três décadas.

De janeiro a novembro, o Serviço de Proteção ao Crédito apurou 1,9 milhão credorios atrasados. O volume de calotes foi 114% maior do que os 904 mil casos de inadimplência registrados pela instituição em 1987.



De acordo com a Associação Comercial, de janeiro a novembro 368 solicitações chegaram à entidade. O número foi 234% superior aos 110 pedidos feitos à Associação Comercial no ano passado. O resultado apenas perde para 1987, quando aconteceram 543 concordatas.

Mesmo em dezembro, o melhor mês de vendas para o comércio e a

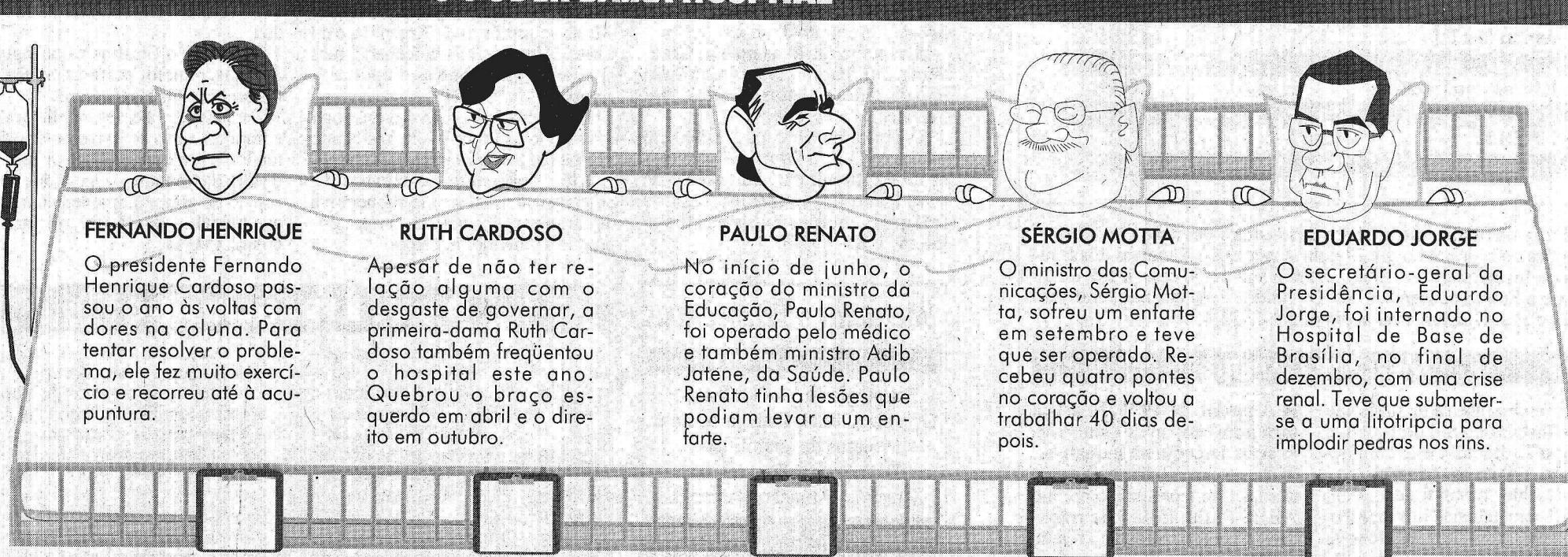
indústria, as falências e concordatas continuaram muito fortes.

Alencar Buriti, presidente em exercício da ACSP, diz que até o dia 18 as falências requeridas chegaram a 873, contra 645 no mesmo período de novembro, representando um aumento de 35,3%. Comparado com os 18 primeiros dias de dezembro de 1994, o crescimento é de 293,2%.

Manter o Brasil saudável não é fácil. Para contornar as doenças políticas do País, os principais integrantes do governo comprometem, às vezes, a própria saúde.

Em 1995 pelo menos quatro importantes integrantes do Executivo tiveram graves problemas de saúde: os ministros Sérgio Motta e Paulo Renato, o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, e o próprio presidente Fernando Henrique.

Para completar o quadro clínico do governo, a primeira-dama e presidente do programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, abusou: fraturou o braço duas vezes este ano.



REFORMA

Uma eterna queda de braço

Mônica Prado
Da equipe do Correio

As reformas administrativa e previdenciária renderam atrasos inesperados aos planos do governo, que esperava vê-las aprovadas até o final deste ano.

A administrativa começa a ser discutida em janeiro, quando o Congresso inicia os trabalhos da convocação extraordinária.

A Previdência retornou à estaca zero diante da oposição de sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical.

Eles impediram, na primeira quinzena de dezembro, o início da votação do parecer do relator, deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM), na comissão especial que analisa a proposta de reforma do governo.

Irritação — O governo se irrita com os atrasos, mas os avanços e recuos durante 1995 estiveram sempre ao sabor da sua vontade política.

No calendário, a reforma administrativa mudou três vezes de lugar. Ia para o Congresso em abril e, depois, em junho. Acabou chegando lá em setembro.

Para aprovar o fim da estabilidade, o Executivo suou a camisa.

Pressionou aliados, aceitou dissidentes e pôs todos os líderes na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia da votação.

O parecer do relator Euler Ribeiro não agradou o governo. Ele até foi pressionado para alterar o relatório, mas sem sucesso.

Ganhou por 27 votos a 23, um placar apertado, que não garante vitória no plenário. Conseguiu unanimidade, por outro lado, para o teto salarial do servidor público.

Oposição — "Medida moralizadora", comentou na época o líder do PDT, deputado Miro Teixeira (RJ). José Genofino (PT-SP) aliou-se ao governo para divulgar uma lista dos marajás nos estados.

A reforma da Previdência, uma das primeiras que o governo enviaria ao Congresso, só chegou em maio, depois que todas as emendas da Ordem Econômica haviam sido votadas pelas comissões especiais.

Rápido no gatilho, o governo conseguiu preservar boa parte do projeto original da reforma, repartido em quatro pelo deputado Nilson Gibson (PMN-PE).

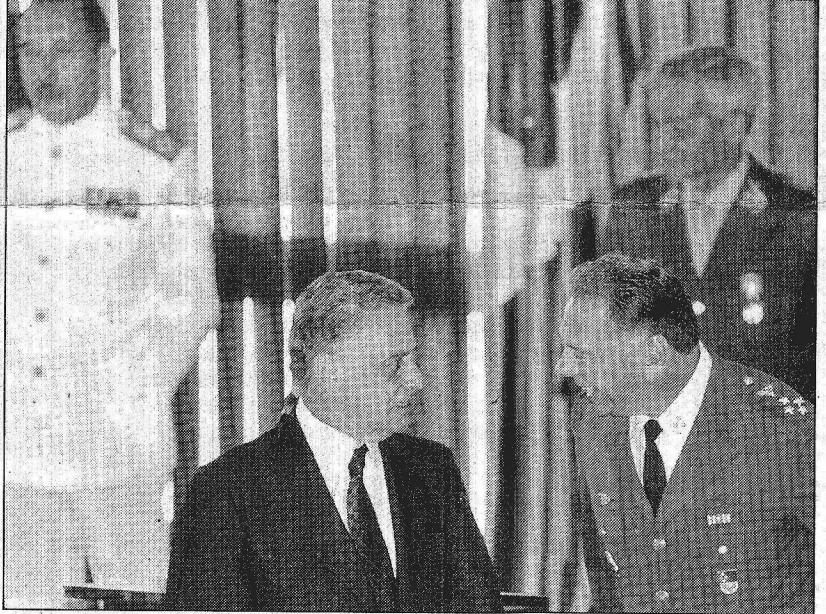
O pedido que, repartido, manteve as mudanças essenciais para a reforma da Previdência do setor público e do setor privado foi aprovado na CCJ no final de junho.

Para retomar a discussão, o governo precisou tirar o assunto da ordem do dia.

Os trabalhos de análise só começaram no dia 13 de setembro, quando foi instalada a comissão especial.

O parecer do relator Euler Ribeiro não agradou o governo. Ele até foi pressionado para alterar o relatório, mas sem sucesso.

Eraldo Peres 25.04.95



Demissão: FHC pediu e Gandra deixou o Ministério da Aeronáutica

MILITARES

Subordinação é para valer

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

Comandante supremo das Forças Armadas, o presidente Fernando Henrique Cardoso, exilado durante o golpe militar de 1964, não titubeou em seu relacionamento com os ministérios militares no seu primeiro ano de governo.

No projeto de lei garantindo indenizações às famílias dos desaparecidos durante o regime militar, Fernando Henrique designou seu amigo e secretário-geral do Ministério da Justiça, José Gregori, para negociar o projeto com os ministros militares.

Advogado experiente, Gregori conseguiu dobrar algumas resistências dos ministros.

Ainda assim, eles não abriram

mão de impor vetos a algumas emendas propostas, como a que garantiu indenização aos militantes de esquerda mortos em confronto com as Forças Armadas.

Aprovado pelo Congresso Nacional, o projeto foi sancionado pelo presidente em solenidade prestigiada pelos próprios militares.

Fernando Henrique foi firme, também, no único episódio nebuloso envolvendo uma força armada, a Aeronáutica, em seu governo: o escândalo Sivam.

O brigadeiro Mauro Gandra, então ministro da Aeronáutica, foi convidado a deixar o cargo quando seu nome foi envolvido no grampo armado pela Polícia Federal nos telefones do embaixador Júlio César Gomes dos Santos.